



PARECER JURÍDICO

Motivo: 4º Aditivo de Prorrogação de Prazo de Vigência Contratual referente a Tomada de Preços nº 02/2020-220102 – Contrato Administrativo nº 20200062.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA, PARA EXECUTAR CONSTRUÇÃO DE 38 (TRINTA E OITO) MÓDULOS DE MELHORIA SANITARIOS DOMICILIARES (MSD), A SER EXECUTADO NA VILA DO CAFEZAL (ZONA RURAL) E BAIRRO PORTELINHA (ZONA URBANA) NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES BARATA, EM CONFORMIDADE COM O CONVÊNIO 856453/2017, PROPOSTA 098799/2017.

Trata-se de análise da possibilidade de aditamento para o Aditivo de Prorrogação de Prazo de Vigência Contratual. O pedido foi instruído com a solicitação da empresa, bem como a justificativa técnica e relatório de andamento da obra da arquiteta responsável e, fundamentando o pedido para o Aditivo de Prorrogação de Prazo de Vigência Contratual.

Foi informado que a prorrogação de Vigência será de 06 meses, realizada até 02/02/2023. No caso em tela, verifica-se que a possibilidade da solicitação ora formulada se encontra consubstanciada no artigo 57, II, § 2º da Lei 8666/93 que assim determina:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Analisando o procedimento realizado, verifica-se que o requerimento formulado se restringe a prorrogação de prazo, sem aditamento de seu valor e a possibilidade jurídica resta amparada no art. 57, II, § 2º da Lei 8.666/93.

Ademais, nota-se que o mesmo vem sendo cumprido sem qualquer prejuízo à Administração visto que os serviços vêm sendo executados regularmente, conforme atestado no relatório de andamento da obra pela arquiteta responsável.



Em sendo assim, observado o prazo de vigência do aditamento contratual 06 (seis) meses, bem como os documentos reguladores fiscais da empresa, e a justificativa apresentada, opino pela possibilidade de realização do aditivo requerido, nos termos do artigo 57, II, § 2º da Lei 8.666/93.

Destarte, segue anexa minuta do Termo Aditivo.

É nosso parecer salvo melhor entendimento.

Magalhães Barata/PA, 02 de agosto de 2022.

Antônio João Sá de Oliveira Junior

Procurador Geral Municipal